



---

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

O Município de Nova Friburgo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, na forma e condições estabelecidas no presente Edital de Chamamento Público, CONVOCA os interessados a se qualificarem, mediante REQUERIMENTO, como Organização Social na área de serviços de saúde, no âmbito do Município de Nova Friburgo, de acordo com a Lei Federal nº 9.637, de 15/05/1998, da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.043, de 19/09/2011 e Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019, observados o parágrafo único do [art. 56 e os demais termos da Lei Municipal nº 4.637](#) de 12 de julho de 2018 e também o Termo de Ajuste de Conduta e 016/2018, firmado entre o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e o Município de Nova Friburgo, nos seguintes termos:

1. O OBJETO:

O presente edital tem por objeto tornar PÚBLICA a seleção de organizações privadas sem fins lucrativos para se qualificarem como Organização Social, na área de saúde, no âmbito do Município de Nova Friburgo.

2. A HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação à qualificação como Organização Social, as entidades privadas sem fins lucrativos interessadas deverão entregar requerimento endereçado ao Exmo. Sr. Prefeito de Nova Friburgo, por intermédio da Comissão de Contratação, juntamente com os documentos necessários listados no item 4, abaixo, no período de Agosto a Dezembro de 2025, perante o Protocolo Geral da Administração Municipal, com endereço na Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ.

3. O REQUERIMENTO:

O requerimento da entidade interessada deverá seguir o modelo constante no Anexo I deste edital, e dirigido à Comissão, junto à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, subscrito pelo representante legal da entidade, cuja assinatura deverá ser reconhecida em cartório e acompanhado de todos os documentos



indispensáveis ao pleito, conforme discriminados no presente edital e na Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019.

#### 4. OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

Para fins de qualificação e credenciamento como Organização Social, as entidades privadas deverão possuir os requisitos necessários à apresentação dos documentos que comprovem a capacidade de atuar conforme a Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019, mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada do Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório, com sua última alteração, comprovada por Certidão de Breve Relato emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
  - a.1) O ato constitutivo deverá necessariamente dispor sobre:
    - a.1.1) A natureza social de seus objetivos, relativos à atuação na área da saúde;
    - a.1.2) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros, decorrentes do Contrato de Gestão que eventualmente venha a ser firmado com o Município de Nova Friburgo, no desenvolvimento das próprias atividades, dentro deste próprio município;
    - a.1.3) previsão expressa de ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstos nesta Lei, devendo as contas serem analisadas, anualmente, por auditoria contábil realizada por empresa de auditoria independente;
    - a.1.4) Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros com notória capacidade profissional e idoneidade moral;
    - a.1.5) Composição e atribuições da diretoria;
    - a.1.6) Obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
    - a.1.7) Em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
    - a.1.8) Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associados ou membros da entidade; e



a.1.9) Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhes forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município de Nova Friburgo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município de Nova Friburgo, na proporção de recursos e bens a estes alocados.

b) Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

b.1) Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

b.2) Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

b.3) Designar e dispensar os membros da diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à Assembléia Geral da entidade;

b.4) Fixar a remuneração dos membros da Diretoria, observado limite concedido às funções gestoras das unidades de saúde municipais;

b.5) Aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

b.6) Aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

b.7) Aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

b.8) Aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;

b.9) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

c) O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

c.1) ser composto por:



c.1.1) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo Estatuto da entidade;

c.1.2) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidade civil, definidos pelo Estatuto;

c.1.3) até 10% (dez por cento), no caso de Associação Civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;

c.1.4) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e

c.1.5) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo Estatuto.

c.2) os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução, e não poderão ser:

c.2.1) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores; ou

c.2.2) servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada.

c.3) os representantes do Poder Público e das entidades civis devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

c.4) o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

c.5) dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

c.6) o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

c.7) - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem; e

c.8) os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funções executivas.

d) Para a comprovação dos requisitos legais para a constituição de pessoa jurídica:



- 
- d.1) Cópia autenticada da ata de posse da atual diretoria registrada em cartório;
- d.2) Cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- d.3) Cópia do CPF e identidade, devidamente autenticados, do Presidente ou Representante Legal da entidade;
- d.4) Alvará de funcionamento e localização e sede da entidade no Estado do Rio de Janeiro, conforme Art. 2º, II da Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019;
- d.5) Balanço financeiro do último exercício aprovado pelas instâncias administrativas da entidade;
- d.6) Declaração de existência de fato e do regular funcionamento da entidade, emitida, no atual exercício, por gestor integrante da saúde pública municipal do local da sede da entidade;
- d.7) Declaração firmada pelos membros do Conselho de Administração e/ou dirigentes da entidade de que não são familiares consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores e Secretário do Município de Nova Friburgo;
- d.8) Certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais;
- d.9) Certidões negativas do FGTS e INSS;
- d.10) Declaração assinada pelo Presidente da entidade, ou representante legal, informando que nenhum membro da diretoria é servidor público e não exerce cargo em comissão na administração pública municipal direta e/ou indireta de Nova Friburgo;
- d.11) Número de registro da entidade junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- d.12) Lista de estabelecimentos de saúde que administrou ou administra nos últimos 05 (cinco) anos;
- d.13) Declaração do Conselho Municipal de Saúde do local onde tenha ou esteja prestando serviços na área da saúde, atestando a perfeita prestação dos serviços;
- d.14) Declaração de vinculação ao Sistema Único de Saúde (SUS), pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, emitida por gestor integrante da saúde pública municipal do local da prestação dos serviços.
- d.15) comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação; e
- d.16) Declaração afirmando o compromisso que, na formalização do contrato de gestão, estabelecerá escritório no Município de Nova Friburgo exclusivamente com a finalidade de executar contrato de gestão



com o Poder Executivo Municipal e manter uma linha telefônica disponível 24 horas por dia para fins de reclamações, sugestões ou elogios dos usuários;

## 5. DO PROCEDIMENTO E DOS PRAZOS:

Recebido e autuado o requerimento, o Processo será encaminhado à Comissão de Contratação que o analisará, verificando o cumprimento das disposições estabelecidas no arts. 2º, 3º e 4º, da Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019,

5.1. A Comissão decidirá sobre o requerimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do protocolo;

5.1.1. Na hipótese de ser constatada a falta de documentação inerente à qualificação, ou existir documentação com prazo de validade expirado, a Comissão solicitará o envio do(s) documento(s) dentro dos padrões exigidos pela Legislação Municipal através de e-mail informado pela entidade interessada no momento do protocolo da documentação, incumbindo à entidade interessada o dever de atender ao solicitado em até 03 (três) dias úteis contados do envio do e-mail, sendo que expirado este prazo o requerimento será indeferido;

5.1.2. Indeferido o requerimento, o pedido será arquivado;

5.1.3. Na hipótese de deferimento, que necessariamente deverá ser precedido de manifestação prévia do Secretário Municipal de Saúde, o Processo Geral será remetido à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer referente à qualificação;

5.1.4. Sendo favorável o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, a Secretaria Municipal de Saúde promoverá o conhecimento do Processo Geral ao Conselho Municipal de Saúde;

5.2. Devidamente cumpridas as formalidades e preenchidos os requisitos, a qualificação se dará através de Decreto do Prefeito Municipal, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo, nos termos da Lei Municipal nº 4.669 de 22/02/2019,

## 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Eventuais conflitos serão resolvidos pela Comissão de Contratação, à qual competirá as decisões.

6.2. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido, poderá reapresentá-lo a qualquer tempo;



6.3. Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da entidade que implique mudança nas condições que instruíram sua qualificação deverá ser comunicada à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, através da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada das justificativas e dos documentos pertinentes, sob pena de cancelamento da qualificação;

6.4. O prazo de validade do reconhecimento será de 12 (doze) meses a contar da data da publicação do Decreto que o motivou, ficando a entidade interessada em renová-lo, obrigada a apresentar novo requerimento no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento;

6.5. O resultado do requerimento será divulgado na página Oficial do Município de Nova Friburgo, através do endereço eletrônico <https://www.pmnf.rj.gov.br/site/> e Diário Oficial do município, se deferido o pedido, por meio de Decreto Municipal. Se indeferido o pedido, por meio de publicação do despacho com as razões do indeferimento;

6.6. Quaisquer pontos omissos ou obscuros do presente instrumento de chamamento público serão dirimidos pela Comissão de Contratação que, com amparo na legislação municipal, proferirá manifestação.

#### 7. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

O prazo para eventual impugnação deste edital será de 03 (três) dias úteis, a contar de sua publicação, devendo ser encaminhada diretamente via e-mail endereçado a [licitacao.cplpmnf@gmail.com](mailto:licitacao.cplpmnf@gmail.com).

JOHNNY MAYCON

Prefeito Municipal